



Prefeitura do Município de Mandaguauçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 CEP 87.160-266

Fone: (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 7685/2025

A Senhora MÁRCIA DIAS CONOR, Secretária Municipal de Administração do Município de Mandaguauçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na forma do art. 21, § 6º, da Lei Municipal nº 1746/2011.

RESOLVE:

Art. 1º COMUNICAR que o índice de gasto com pessoal no Município de Mandaguauçu (PR), no período novembro/2024 a outubro/2025, correspondeu a 45,90% (quarenta e cinco vírgula noventa por cento) de sua Receita Corrente Líquida (RCL), conforme consta no Demonstrativo da Despesa com Pessoal elaborado pela Secretaria de Fazenda, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandaguauçu (PR), 15 de dezembro de 2025.


Márcia Dias Conor
Secretária Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
11/2024 A 10/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NO PROCESSOS (b) 2
	LIQUIDADAS													
	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	5.392.120,08	11.820.111,44	6.034.178,93	6.193.029,98	6.659.653,65	6.899.433,05	6.807.263,37	6.793.230,62	6.993.193,05	6.766.976,33	6.942.356,06	6.856.321,23	84.156.867,79	0,00
Pessoal Ativo	4.323.193,18	9.692.411,46	4.901.434,31	5.061.017,06	5.533.143,56	5.758.520,01	5.660.748,32	5.641.974,77	5.826.177,38	5.573.867,53	5.755.894,53	5.668.295,39	69.396.677,50	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.832.519,65	8.733.062,95	4.401.138,25	4.488.324,11	4.970.876,25	5.184.630,95	5.081.950,35	5.031.939,15	5.222.671,80	4.979.811,83	5.160.841,81	5.068.145,90	62.165.913,00	0,00
Obrigações Patronais	490.673,53	949.348,51	500.296,06	572.692,95	562.267,31	573.889,06	578.797,97	610.035,62	603.505,58	594.055,70	595.052,72	600.149,49	7.230.764,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.068.926,90	2.127.699,98	1.132.744,62	1.132.012,92	1.126.510,09	1.140.913,04	1.146.515,05	1.151.255,85	1.167.015,67	1.192.108,80	1.186.461,53	1.188.025,84	14.760.190,29	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	940.030,82	1.875.810,98	996.894,49	996.160,79	990.657,96	985.265,34	987.097,69	1.002.631,20	1.015.511,22	1.024.812,98	1.022.258,39	1.020.443,41	12.857.575,27	0,00
Pensões	128.896,08	251.889,00	135.850,13	135.852,13	135.852,13	155.647,70	159.417,36	148.624,65	151.504,45	167.295,82	164.203,14	167.582,43	1.902.615,02	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (11)	1.084.405,40	2.394.888,09	1.142.344,09	1.124.078,20	1.120.330,09	1.137.870,19	1.177.005,61	1.200.205,76	1.265.200,21	1.200.713,58	1.272.407,48	1.327.287,93	15.446.736,63	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	268.857,93	735,21	8.896,49	10.651,21	13.788,36	47.321,77	41.630,76	109.844,76	20.993,34	12.985,59	50.656,84	586.362,26	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.635,49	10.635,49	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁴	1.052.871,18	2.095.588,54	1.115.913,41	1.115.181,71	1.109.678,88	1.124.081,83	1.129.683,84	1.134.424,64	1.150.525,38	1.174.936,67	1.169.630,32	1.171.194,63	14.543.711,03	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.008,00	90.017,40	175.025,40	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Portaria (ADCT, art. 38, §2º)	31.534,22	30.441,62	25.695,47	0,00	0,00	0,00	0,00	24.150,36	4.830,07	4.783,57	4.783,57	4.783,57	131.002,45	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
 Dados processados em: 11/12/2025 22:43 | Relatório emitido em: 15/12/2025 10:56

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
11/2024 A 10/2025

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											
	VALOR									% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)										154.779.430,40	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)										4.899.696,51	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) 7										0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) 7										176.088,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais										-	-
RECITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)										149.703.645,89	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)										68.710.131,16	45,90%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%										80.839.968,78	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%										76.797.970,34	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%										72.755.971,90	48,6%

NOTA:

1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.
2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofreram alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: Despesa/obrigatória e Apropriacao/Despesa/obrigatória do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduídos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Verbetes), Verbetes e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
4. A partir de 2021, os valores repassados ao RRF5 a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubgrupo + cdItem + cdSubItem = 3,5,1,3,2,01,01 e 3,5,1,3,2,02,01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPURTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), desde demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repasse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.
5. De acordo com o art. 15 da LC 178/2021, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art. 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2023, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
 - 5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.
 - 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.
 - 5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contingências de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
 - 5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contingências de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.
7. A STN, para 2023, considerará a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa com pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária, no mapaamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão Voluntária e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS - 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço: https://sisweb.lesouro.gov.br/apex/?pp=2501:9:::0:PP9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.